



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL - COPIER

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao **26 dias do mês de julho de 2021**, às 09:00 horas, na Plataforma do Google Meet, presentes o Promotor de Justiça, **Dr. Arnaldo Figueiredo Sobral**, da 4ª Promotoria dos Direitos do Cidadão/COPIER, o representante do IAB, **Dr. Humberto Adami Santos Junior** – Presidente da Comissão de Igualdade Racial do IAB, tel. (21) 98511-4606, a **Dra. Monalisa Dijean Brito Santos**, Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/SE, a **Dra. Martha Figueiredo**, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão – MPF/SE; o **Dr. Fernando Bezerra**, Procurador do Estado de Sergipe, o **Dr. Ilzver Matos**, Diretor da Diretoria dos Direitos Humanos de Aracaju, a **Sra. Laila Oliveira**, representante do Fórum das Entidades Negras de Sergipe e a **Sra. Ligia Borges**, representante do Fórum de Religiões de Matriz Africana;

Aberta a audiência, o presidente da mesa, Dr. Arnaldo Figueiredo Sobral, fez uma breve explanação do que se trata o objeto em discussão da presente reunião, fazendo também uma breve leitura, acerca dos termos do edital, como também agradeceu a presença de todos e fez uma breve apresentação do palestrante, Dr. Humberto Adami;

Dada a palavra ao palestrante, Dr. Humberto Adami fez um apanhado histórico acerca do racismo estrutural e institucional presente na sociedade brasileira. Após, passou a explicar acerca dos aspectos jurídicos da reparação da escravidão, como medida fundamental para eliminar as situações de desigualdade e discriminação racial ainda presentes na sociedade brasileira. De acordo com o palestrante, a reparação da escravidão não se limita à compensação dos danos causados aos quase 5 milhões de negros e negras escravizados no período escravocrata, mas vai além disso, pois procura atingir o cerne da sociedade, criando a consciência coletiva acerca da necessidade de se manterem constantes e efetivas as medidas de inclusão e igualdade, com vistas à construção de uma nova identidade nacional e de um real estado democrático de direito. Os fundamentos teórico-práticos que embasam as propostas de reparação estão inseridos em um contexto de Justiça de Transição. A justiça de transição enquanto processo adotado em períodos de pós-conflito pretende superar regimes de exceção através de mecanismos políticos e jurídicos que responsabilizem os autores das violações de direitos humanos, que reparem as vítimas dessas violências e que previnam a recorrência desses crimes. O palestrante estabeleceu a diferença entre a reparação da escravidão e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL - COPIER

ação afirmativa. Enquanto que a primeira procura atingir as estruturas do Estado Democrático de Direito que se utilizam do racismo para manter as desigualdades políticas, econômicas, jurídicas e sociais, a segunda é um dos caminhos para alcançar a igualdade material. O palestrante também fez uma breve explanação sobre a reparação da escravidão no mundo e, por fim, como proposta e encaminhamento, solicitou que a ata da presente audiência pública fosse encaminhada a todos os Ministérios Públicos dos Estados e Federal, bem como a Universidade Pública, para conhecimento e providências cabíveis;

Dada a palavra a Dra. Martha Figueiredo – MPF/SE, primeiramente agradeceu o convite, destacando a importância da presente audiência para basilar, não somente a atuação do MPF, mas como de toda as demais instituições presentes, no combate ao racismo estrutural e institucional ainda presente na sociedade brasileira. Após, passou a explicar acerca da atuação do MPF/SE, com relação ao tema da reparação da escravidão, especialmente com a política de cotas na Universidade Federal de Sergipe, por meio de um termo de ajustamento de conduta, estabelecendo a formação de uma comissão de heteroidentificação, a fim de evitar fraudes. Com relação ao Lei de Diretrizes e bases da educação, o MPF expediu, em 2020, recomendação à UFS e IFS, que fossem inseridos no curso de formação dos professores, a disciplina de educação étnico-racial. Por fim, reforçou que o MPF está a disposição de todos para colocar em prática os mecanismos de reparação da escravidão, conforme previsto no parecer do IAB;

Dada a palavra a Sra. Ligia Borges, representante do Fórum de Religiões de Matriz Africana, destacou que o racismo ainda é muito presente na sociedade brasileira, especialmente em Sergipe; que os povos de terreiros tem sofrido bastantes ataques ao seu sagrado, sofrendo repressão policial frequentemente no exercício de sua fé; que a única política que deu “certo” neste país foi a política do racismo, defendendo que para se combater o racismo é necessário primeiramente que hajam mudanças nas estruturas dessa sociedade;

Dada a palavra ao Dr. Ilzver Matos – DDH, agradeceu o convite a presente audiência publica, saudando a todos os presentes, destacando a importância da atuação do Dr. Humberto Adami, na luta contra o racismo; que a luta do povo negro não se iniciou com o episódio do George Floyd; que não é novidade que o ordenamento jurídico brasileiro tem um sistema de promoção da igualdade



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL - COPIER

racial, que também não é novidade que o movimento negro está na luta desde muito tempo; que é preciso um olhar mais atento a comissão da verdade sobre a escravidão, assim como é dado a comissão da verdade sobre a ditadura militar; que o tema da reparação da escravidão é muito importante e já é tratado no mundo inteiro, a exemplo do Caribe; que a reparação deve ser feita principalmente por meio das políticas públicas. Por fim, reforçou que a DDH está a disposição de todos para colocar em prática os mecanismos de reparação da escravidão, conforme previsto no parecer do IAB;

Dada a palavra a Sra. Laila Oliveira, representante do Fórum de Entidades Negras de Sergipe, parabenizou o MPSE pela iniciativa e destacou a fala dos demais participantes na presente audiência pública. Que as políticas públicas de reparação ainda são muito deficitárias, tendo sofrido um retrocesso muito grande com o atual governo federal. Destacou a atuação do movimento negro em Sergipe, em especial, a realização do “Julho das Pretas”, que reuniu diversas organizações, no debate sobre políticas de redução de desigualdade para a população negra; que os dados continuam atestando essa desigualdade em diversos segmentos, como emprego, moradia, segurança alimentar, entre tantos outros;

Dada a palavra ao Dr. Fernando Bezerra – PGE/SE, agradeceu o convite a audiência, bem como destacou a importância do debate para a construção de uma agenda de luta para a reparação da escravidão. Colocou a PGE e o Estado de Sergipe a disposição para colocar em prática os mecanismos de reparação da escravidão, conforme previsto no parecer do IAB;

Nada mais foi dito, todos de acordo, encerro e homologo o presente termo, dispensadas as assinaturas.

Arnaldo Figueiredo Sobral
Promotor de Justiça